MINISTÉRIOS DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO E DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES.

Despacho conjunto n.º 642/2005. — 1 — Considerando que o Decreto-Lei n.º 196/2003, de 23 de Agosto, estabeleceu o regime jurídico a que fica sujeita a gestão de veículos em fim de vida, seus componentes e materiais, para o efeito transpondo a Directiva n.º 2000/53/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de Setembro;

2 — Considerando que no capítulo III do referido decreto-lei se prevê a criação de uma entidade gestora, para a qual possam ser transferidas as responsabilidades de gestão dos veículos em fim de vida que incumbam aos fabricantes e importadores de veículos;

3 — Considerando, em especial, os n.ºs 1 e 5 do artigo 12.º do mesmo diploma, através dos quais se prevê a possibilidade de actualização do valor da prestação financeira, a suportar pelos mesmos fabricantes e importadores e destinada a financiar a dita entidade gestora;

4 — Considerando os termos do despacho conjunto n.º 525/2004, de 2 de Julho, dos Ministros da Economia, das Obras Públicas, Transportes e Habitação e das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, através do qual foi concedida à VALORCAR, Sociedade de Gestão de Veículos em Fim de Vida, L.ª, licença para a gestão de um sistema integrado de gestão de veículos em fim de vida;

5 — Considerando, em especial, os n.ºs 7 e 9 da cláusula 5.ª, através dos quais se estabelece que o valor da referida prestação será fixado por despacho conjunto dos membros do Governo com atribuições em matéria de ambiente, de economia, de obras públicas e transportes, mediante proposta do presidente do Instituto de Resíduos, bem como a fixação do novo valor anual para a prestação, como meio de financiamento do titular da licença, reporta o início da produção dos respectivos efeitos a 1 de Janeiro de cada ano, independentemente da data de publicação do mesmo despacho;

6 — Considerando, ainda:

- Não se terem verificado alterações significativas de carácter económico-financeiro face à situação registada aquando da preparação do processo de licenciamento da entidade gestora;
- A curta duração dos contratos actualmente celebrados entre a entidade gestora e os fabricantes e importadores de veículos;
- A existência de verbas, que em 2004 foram canalizadas para a instalação da entidade gestora e que em 2005 poderão ser direccionadas para actividades operacionais;

7 — Considerando, finalmente, a proposta do presidente do Instituto dos Resíduos:

Determina-se, para o ano de 2005, que seja mantido o valor para a prestação financeira a suportar pelo fabricantes e importadores de veículos como meio de financiamento da VALORCAR, Sociedade de Gestão de Veículos em Fim de Vida, L.ª, correspondendo a mesma a uma componente fixa de € 123 por mês, acrescida de uma componente variável de € 0,413 por veículo vendido no ano anterior à data a que o presente despacho diz respeito.

Mais se determina que, durante o mesmo período, aos fabricantes e importadores de veículos com volumes de vendas anuais inferiores a 200 veículos não seja aplicável a componente variável.

30 de Abril de 2005. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*. — O Ministro da Economia e da Inovação, *Manuel António Gomes de Almeida de Pinho*. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *Mário Lino Soares Correia*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto,
da Agricultura e das Pescas

Despacho n.º 18 703/2005 (2.ª série). — A seu pedido e tendo presente a sua imprescindibilidade na área de informática do IFA-DAP/INGA, dou por findo o destacamento para o desempenho de funções de apoio ao meu Gabinete, no âmbito da sua especialidade, da engenheira Ana Teresa Alves Gaspar, técnica de informática do

quadro de pessoal do Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola, para as quais tinha sido nomeada pelo meu despacho n.º 8828/2005, de 21 de Março, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 78, de 21 de Abril de 2005.

O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

17 de Agosto de 2005. — O Secretário de Estado Adjunto, da Agricultura e das Pescas, *Luís Medeiros Vieira*.

Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes

Despacho n.º 18 704/2005 (2.ª série). — Por despacho de 29 de Julho de 2005 do Secretário de Estado Adjunto, da Agricultura e das Pescas:

Dina Sofia Faria Pinto Moura, Paulo José Santos Ferreira Ribeiro, José Rui Barreto Cachim, Maria João Silva Fernandes, Natércia Bela Gonçalves Gomes, Tânia Cristina dos Reis Martins Castro e Alcina Martins Rodrigues, médicos veterinários, a exercerem funções na Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes em regime de contrato de avença — autorizada a prorrogação do contrato por mais um ano, com efeitos a partir de 14 de Agosto de 2005. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

8 de Agosto de 2005. — Pelo Director Regional, o Director de Serviços de Administração, *Carlos Alberto Diogo da Silva*.

Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas e Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola

Aviso n.º 7680/2005 (2.ª série). — Para o cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 3.º do Regulamento (CE) n.º 1782/2003, do Conselho, de 29 de Setembro, foi publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 10 de Janeiro de 2005, em anexo ao aviso n.º 170/2005, a lista de indicadores relativa aos requisitos legais de gestão aplicáveis a partir de 1 de Janeiro de 2005 [parte A do anexo III do Regulamento (CE) n.º 1782/2003, do Conselho, de 29 de Setembro].

Tendo em conta que foram detectadas algumas incorrecções na lista publicada, procede-se agora à respectiva rectificação, republicando-se, em anexo, e em substituição da anterior, a mencionada lista de indicadores.

5 de Agosto de 2005. — O Conselho de Administração: *Cabral da Fonseca*, presidente — *Ponte Zeferino*, vogal.

ANEXO

Lista de indicadores relativa aos requisitos legais de gestão aplicáveis a partir de 1 de Janeiro de 2005

A — Domínio ambiente

Acto 1 — Directivas n.ºs 79/409/CEE, relativa à conservação das aves selvagens (Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril), e 92/43/CEE, relativa à conservação dos *habitats* naturais e da flora e fauna selvagens (Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril).

Indicadores a aplicar na parcela agrícola e relacionados com a actividade agrícola

- Novas construções e infra-estruturas (1):
 - Construção (inclui prefabricados);
 - Ampliação de construções;
 - Instalação de estufas/estufins;
 - Aberturas e alargamento de caminhos e aceiros;
 - Instalação de infra-estruturas de electricidade e telefónicas, aéreas ou subterrâneas, de telecomunicações, de transporte de gás natural ou de outros combustíveis, de saneamento básico e de aproveitamento de energias renováveis ou similares.
- Alteração do uso do solo (2):
 - Alteração do tipo de uso agro-florestal (culturas anuais de sequeiro, culturas anuais de regadio, culturas permanentes, prados e pastagens e floresta) ou outros usos.
 - Alteração da morfologia do solo (3):
 - Alteração da topografia do terreno (aterros, taludes, perfunções, escavações ou terraplanagens);
 - Destruição de sebes, muros e galerias ripícolas;
 - Extracção de inertes;
 - Alteração da rede de drenagem natural.
- Resíduos (4):
 - Deposição de sucatas e de resíduos sólidos e líquidos.